

Marcílio espera dias melhores para o País

O Brasil conquistou uma redução de 15,4 bilhões de dólares em sua dívida externa com os bancos credores privados internacionais, anunciou ontem o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. A partir da assinatura do acordo, previsto somente para o início do próximo ano, a dívida com os bancos privados passa de 44 bilhões para 28,6 bilhões de dólares, que serão pagos no prazo de 30 anos e a taxas de juros a níveis mais baixos nos primeiros sete anos. "Podemos dizer que a nossa dívida passou a ser algo inteiramente administrável", comemorou o ministro em entrevista no Palácio do Planalto.

O fechamento do acordo realizado na madrugada de ontem, foi motivo de comemoração pela equipe econômica. O ministro Marcílio Marques Moreira chegou a prever dias melhores para o País, como possibilidade de redução das taxas de juros e até mes-

mo de um ingresso recorde de novos investimentos no País.

As suas previsões são de que este ano, apesar das medidas restritivas ao ingresso de capital externo, cerca de 20 bilhões de dólares deverão ingressar no País, contra os 11 bilhões do ano passado ou os 5,7 bilhões que ingressaram em 1990. O ministro aproveitou o anúncio do fechamento do acordo para transmitir tranquilidade aos agentes econômicos: "O acordo afasta definitivamente o risco de uma crise cambial e da hiperinflação, porque as reservas estão em um nível sem precedentes".

"Estamos virando uma página que estava pesando em nossas costas desde 1982", afirmou Marques Moreira. "Esse é um acordo totalmente diferente dos acertos efêmeros do passado". Quando o Brasil pagava juros flutuantes, acompanhando as taxas

do mercado, houve momento em que a taxa chegou a 18 por cento ao ano. "O acordo deverá permitir o ingresso de novos recursos no País, mas agora de forma mais saudável, pois será dinheiro de investimento, que traz junto consigo mais tecnologia", previu Marques Moreira. "Estávamos presos à questão da dívida e agora temos mais tranquilidade para trabalhar".

Os termos do acordo, no entanto, somente serão transformados em um contrato (o chamado **term sheet**) no prazo de 30 a 45 dias, segundo o ministro. Esta é a primeira vez que o Brasil encerra as negociações antes da redação do contrato, o chamado "**term sheet**".

O ministro, porém, descartou que esta inovação tenha sido proposital para que um novo fato econômico pudesse desviar as atenções do País para a crise política. "Trata-se de um procedi-

mento que todos os países estão recorrendo para garantir agilidade às negociações", ponderou. A conclusão das negociações não significa, no entanto, que o acordo já está efetivado. Isto somente acontecerá no início do próximo ano. Até lá, o governo se empenhará para que os bancos responsáveis por cerca de 90 por cento da dívida manifestem a adesão formal aos termos do acordo.

A negociação com os bancos, porém, prevê pagamentos antes deste prazo. Isto acontecerá, por exemplo, para a parcela dos juros devida este ano e que não foi paga. O Governo pagava somente 30 por cento dos juros e se comprometeu a aumentar a parcela de pagamento para 50 por cento. A metade desta diferença será desembolsada dez dias após a aprovação do acordo pelo Senado e o restante na data da assinatura do acordo, no início do próximo ano.

ADALTO CRUZ



Marcílio: acordo fez o Brasil se livrar de um grande peso